Debate sobre o governo Lula e o PT

Com o propósito de avaliar aspectos da atual conjuntura político-ideológica brasileira, o Comitê editorial da revista submeteu a quatro intelectuais e dirigentes políticos de esquerda três questões.

Foram elas:

1) Como avalia o governo Lula da Silva em seu primeiro ano de mandato? Você considera que haveria evidências para se admitir mudanças efetivas e profundas nos próximos anos?

2) Como interpreta a trajetória político-ideológica do Partido dos Trabalhadores, desde sua criação até a recente conquista da presidência da República? Em especial, como avalia as mudanças que o conduziram a sua posição atual?

3) Quais são, no Brasil de 2004, as prioridades e linhas de força do combate antiimperialista pelo socialismo? Elas colidem ou podem entrar em alguma sinergia com o governo Lula da Silva e sua base de apoio?

Os textos de César Benjamin, Eduardo Almeida Neto, Altamiro Borges e Milton Temer, publicados adiante, buscam responder as questões acima formuladas.

Governo do capital contra o trabalho?

CÉSAR BENJAMIN[*]

Lula iniciou seu mandato em condições excepcionais. Na economia, já estava basicamente feito um importante ajuste externo, com o retorno em 2002 de superávits comerciais consistentes, que se projetaram para 2003 e 2004. O impacto da desvalorização cambial sobre a inflação contaminou o segundo semestre de 2002, mas, como os economistas esperavam, começou a perder força já em novembro, com os índices convergindo a partir daí, rapidamente, para patamares muito baixos; em março de 2003, no terceiro mês do novo governo, os índices já estavam próximos de zero. No cenário internacional, Lula teve um primeiro ano de governo em condições excepcionalmente favoráveis, com preços de *commodities* em alta, juros baixos, fluxo de capitais abundante, baixas significativas nas avaliações de risco, nenhuma crise regional nova, crescimento da economia norte-americana. Nesse contexto, quase todos os países periféricos cresceram também, alguns com taxas expressivas. Finalmente, do ponto de vista político, basta lembrar que Lula foi eleito com mais de 65% dos votos, gozando de ampla legitimidade, e sua eleição foi acompanhada por significativo fortalecimento do PT e de partidos aliados no Congresso. A imensa maioria da nação torcia – e ainda torce – para que seu governo desse certo. Não havia clima para uma oposição sectária e destrutiva.

Havia dificuldades e vulnerabilidades na economia, é óbvio. Se elas não existissem, não teríamos feito oposição ao modelo neoliberal. Mas falar em "herança maldita" ou em uma conjuntura especialmente adversa é puro diversionismo. Lula e sua trupe mostraram-se pequenos. Venderam-se a um conservadorismo rasteiro e jogaram fora, em um ano, todas aquelas condições iniciais favoráveis. Estamos diante de um caso inédito no mundo de um governo de esquerda que não tentou fazer uma só reforma de caráter progressista, nem mesmo de tipo republicano. O governo Lula é a Batalha de Itararé da esquerda brasileira, a batalha que não houve.

---

[*] Editor, autor e dirigente do Movimento *Consulta Popular*

Hoje, mais de um ano depois, já podemos ver os resultados em dados oficiais e consolidados. Em 2003, o desemprego aumentou, o mercado de trabalho se desorganizou ainda mais, os rendimentos dos trabalhadores despencaram, a renda nacional se concentrou, a atividade produtiva regrediu, os serviços públicos foram mantidos em vida vegetativa, o consumo das famílias caiu. De outro lado, nunca foram tão altos os lucros dos bancos, do agronegócio e dos grandes grupos empresariais. Esses resultados têm correlação direta com as políticas do governo. Que falta então para reconhecermos que estamos diante de um governo do capital contra o trabalho? Se houver mudança, ela virá de fora para dentro, ou por uma crise social aguda, ou por uma derrota eleitoral acachapante do PT nas eleições municipais deste ano. Se nada disso ocorrer, a Batalha de Itararé durará quatro anos. Teremos sido derrotados sem combater. Será humilhante.

PT no poder: agente da ordem conservadora e burocracia medíocre

A derrota nas eleições presidenciais de 1989 e a conjuntura (nacional e internacional) que se seguiu abriram uma nova rota para o PT. O partido experimentou um dramático processo de ajustamento à ordem na década de 1990, período em que o país viveu uma contra-reforma conservadora que questionava até mesmo certas conquistas democráticas anteriores, bastante limitadas. Usei o termo dramático pelo seguinte motivo: muitas forças de origem popular foram cooptadas pela ordem capitalista, mas quase sempre isso foi feito em troca de concessões à base social dessas forças. O padrão de vida dos trabalhadores europeus e a esfera de influência de suas organizações, por exemplo, aumentaram sensivelmente no segundo pós-guerra. Ao tornar-se uma força da ordem, a social-democracia cobrou um preço ao capital. A cooptação do PT, no entanto, se fez sem nenhuma concessão à sua base social. Ao contrário.

O PT aderiu passivamente à ordem conservadora, tornou-se um agente dessa ordem, obtendo com isso ganhos materiais e de poder apenas para seus próprios quadros, cada vez mais dominados por uma burocracia opaca, medíocre e desqualificada, ávida para fazer pequenos negócios. A chegada de Lula à Presidência é o auge desse processo, mas ao mesmo tempo prepara uma crise dele. Estamos assistindo ao fim de um ciclo longo de existência da esquerda brasileira, o ciclo da hegemonia do PT. O partido continuará a existir, é claro, com mais força do que antes, pelo menos do ponto de vista das instituições e das tratativas políticas e comerciais que elas propiciam. Mas não mais será vanguarda de nenhuma esquerda digna desse nome. Isso lança a esquerda em uma crise de grandes proporções, que não pode ser resolvida, simplesmente, por meio de uma sigla nova. Precisaremos questionar da forma mais honesta possível as raízes do nosso pensamento, das nossas práticas e dos nossos valores. Se não fizermos isso, não merecemos a confiança do povo brasileiro. Ele buscará outra alternativa qualquer.

Novo projeto, reformas e poder popular

Na *Consulta Popular*, trabalhamos nos últimos anos em três vertentes: a construção teórica e política de uma alternativa à crise brasileira, a formação de quadros e o apoio aos movimentos sociais. Outras iniciativas militantes, partidárias ou não, atuaram em direções semelhantes ou complementares. De todo esse esforço resulta a existência, no Brasil, de milhares de lutadores sociais que compreendem as linhas gerais da crise brasileira e a necessidade de um projeto alternativo. Sabem como a crise é profunda, mas conhecem também as potencialidades da sociedade brasileira para superá-la. Eles formam um enorme patrimônio da esquerda brasileira. Não estamos, pois, na estaca zero.

Do ponto de vista histórico, o nosso impasse é claro: o Brasil surgiu como uma empresa territorial e colonial. Até hoje não se constituiu como uma sociedade de cidadãos. Na condição de empresa para os outros, o Brasil sempre foi bem, produzindo açúcar, ouro, borracha, café, riqueza financeira, e continua muito bem no governo Lula (basta ver o desempenho dos bancos e do agronegócio). Mas, como nação de cidadãos, sempre foi mal, e assim continua. Nunca, porém, foram tão favoráveis as condições para se completar essa passagem, reclamada pelo nosso povo, de modo a inaugurar uma nova fase de existência de nossa sociedade. Dependência externa e desigualdade interna são os obstáculos a superar, e essa superação exigirá processos de ruptura com a ordem em vigor. É sobre isso que falamos, quando formamos nossos quadros.

Em ampla escala, trabalhamos a idéia de cinco compromissos fundantes de um novo projeto para o Brasil, que exigem a realização, em um período condensado de tempo, de quatro reformas inaugurais, capazes de quebrar as atuais estruturas de poder e passar a iniciativa política ao povo. Os compromissos, que indicam valores, são com a soberania, a solidariedade, o desenvolvimento, a sustentabilidade e a democracia ampliada. As reformas são a democratização da terra, da riqueza, da informação e da cultura. Como se vê, nós não consideramos a crise brasileira como sendo, antes de tudo, uma crise econômica, a ser resolvida pelo competente manejo de variáveis macroeconômicas. É uma crise de destino, que exige e antecede uma virada. Nela, a questão central diz respeito ao controle das estruturas de poder. Se nossa burguesia, cada vez mais internacionalizada e rentista, mantiver o poder, pequenos avanços aqui e acolá podem existir, mas se diluem na grande corrente da pilhagem. Se o povo tiver o poder, certamente cometerá erros, mas ao fim e ao cabo encontrará seu caminho. A questão do poder desapareceu do horizonte da esquerda brasileira. Agora, depois de vinte anos de hegemonia do PT e do fracasso que se avizinha, abre-se um período em que deve ser repensada. Tudo que aí está deve ser repensado.

BENJAMIN, Cesar.Governo do capital contra o trabalho?. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.138-140.

Palavras-chave: Governo; Capital; Trabalho; Partido dos Trabalhadores; Brasil.